

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

FAVELIZAÇÃO AMPLIADA: O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL DAS CLASSES
POPULARES

Eber Pires Marzulo (PROPUR-UFRGS)

Favelização Ampliada: o Processo de Segregação Espacial das Classes Populares

RESUMO

A partir de uma crítica à idéia de que o fenômeno espacial favela perdeu sua capacidade heurística, o trabalho procura estabelecer as dinâmicas constituidoras de um processo que tornou a favela contemporânea um paradigma incontornável para compreensão das relações espaço-sociedade no caso brasileiro, em particular no que se refere ao efeito de território sobre os pobres. A abordagem está referenciada em estudos, realizados a partir dos dados do Censo IBGE 2000 e manipulados com base no Índice de Carência Habitacional (ICH), sobre as relações entre as favelas e destas com os bairros entorno, no Rio de Janeiro. A crítica à tese da ineficácia dos estudos sobre favelas se fundamenta na análise relacional dessas informações. Ao recuperar a relevância do fenômeno favela para compreensão dos processos espaciais no caso brasileiro o estudo desenvolve-se estabelecendo os vínculos entre as dinâmicas de apropriação pelas classes populares de seus territórios e o descaso do Estado com políticas universalistas e a crise do trabalho assalariado. A favelização ampliada, como fenômeno contemporâneo do processo de segregação espacial, emerge como consequência desse processo de diminuição da função do Estado e de precarização do trabalho. E a favela brasileira segue como fenômeno paradigmático para compreensão do país.

1. O esgotamento da favela como fenômeno

Tomando-se a análise da favela carioca para enfrentar a questão da segregação na metrópole brasileira emerge a possibilidade do estabelecimento de interlocuções com estudos que problematizam a condição da favela e sua validade heurística como fenômeno social. Condição da favela entendida enquanto a posição que esta ocupa em termos de sua configuração urbano-arquitetônica ao nível da representação social e de seu hipotético efeito sobre a formação identitária de seus moradores.

Tratar da problemática da favela brasileira leva imediatamente à reflexão sobre sua relevância como território privilegiado para a compreensão das relações entre classes populares e espaço. Campo de debates historicamente polêmicos nas ciências sociais brasileiras. Seja no âmbito da precisão heurística de se tratar o território da favela como definidor de uma comunidade, seja na crítica ao estabelecimento dessa equivalência, ou ainda nas abordagens que incorporam essa equivalência entre território da favela e comunidade, mas o fazem afirmando que a abordagem comunitária deve ser utilizada restrita a cada favela, entendida como totalidade específica. O campo é minado. Embora mais marcada na antropologia urbana, essa polêmica atravessa todo o campo das ciências sociais¹.

Debate que toma contornos ainda mais específicos se tratado desde a tese que propõe o esgotamento da capacidade heurística do fenômeno espacial favela, em função de suas transformações contemporâneas². O argumento balizar dessa tese é que o desenvolvimento de atividades econômicas generalizadas, incluindo o mercado de imóveis, a heterogeneidade sócio-econômica encontrada entre seus moradores, as profundas distinções existentes entre o conjunto de territórios homogeneizado sobre o nome de favela e, se poderia incluir, as políticas urbanas contemporâneas de urbanização e regularização, levariam ao esgotamento da análise sociológica da favela como espaço síntese para a compreensão das classes populares e de suas dinâmicas territorialmente definidas no Brasil. Segundo essa tese, a sustentação do que chama dogmas da hipotética condição de típico espaço urbano segregado dos pobres, em suma, como território da carência de serviços e equipamentos urbanos e de trabalho e rendimentos, teria como principais interessados o poder público, as associações de moradores e as organizações não-governamentais que ali atuam, além de colocar a hipótese dos próprios moradores terem interesse em manter a especificidade da favela como espaço dos pobres, cuja expressão visível seria a manutenção do mau aspecto exterior de suas residências³. Para analisar a pertinência da tese do esgotamento explicativo do fenômeno urbano favela, à luz da investigação na literatura e estudos empíricos, se abordará cada um dos argumentos apresentados, assim divididos:

- a) Sobre o desenvolvimento de atividades econômicas, em especial do mercado imobiliário;
- b) Quanto a heterogeneidade sócio-econômica interna;
- c) A respeito da heterogeneidade entre as favelas.

No interior da análise de cada aspecto da argumentação, serão apresentadas sempre duas perspectivas. Primeiro se mostrará o que foi constatado ao nível dos casos investigados, em uma perspectiva interna à favela. Em segundo lugar serão apresentadas as dinâmicas existentes fora das favelas, sempre tendo como referência prioritária as informações coletadas empiricamente.

a) É inegável a movimentação econômica no interior da favela carioca, embora se tenha poucos estudos, e apenas preliminares, sobre sua dimensão precisa em termos monetários, geração de trabalho e renda e escala de influência. A observação empírica mostra que a relevância e intensidade dessa movimentação econômica dependem da consolidação da favela, fator dependente do tempo de ocupação, no entanto, essas condições não são determinantes. Aliás, as informações sobre o surgimento do mercado de moradias, permite uma melhor avaliação do significado dessa dinâmica. O surgimento do mercado, e grande parte das moradias colocadas nele são, absolutamente, dependentes de investimentos típicos, ainda em curso, da ocupação que caracteriza a favela, isto é, a dinâmica de autoconstrução ancorada nas redes de sociabilidades ou a construção por trabalhador contratado da própria favela ajudado pelo trabalho do núcleo familiar mais imediato junto ao investimento diluído no tempo em material de construção na expansão da moradia. De fato, se constata uma dependência do mercado de moradias de outras expressões econômicas como a economia doméstica, de subsistência ou mesmo autárquica. Como tal dinâmica permanece em curso, parece arriscado afirmar que a existência de atividades econômicas cada vez mais fortes, tendo como exemplo mais contundente a existência de um mercado de imóveis que, exatamente por sua particularidade, é tratado aqui como de moradias, seja um fenômeno autonomizado de sua dinâmica de origem, típica, embora não exclusiva, da favela, na medida em que permanece presente e ainda sendo estruturado por relações sociais que não se restringem ao mercado, em especial sendo dependente das redes sociais familiares. Situação semelhante se encontra nas demais atividades comerciais existentes no interior da favela, assim como em serviços como rede tevê a cabo e, mesmo, nas atividades desenvolvidas em projetos sociais governamentais ou não-governamentais. Ou seja, ao invés de serem atividades que colocam a favela em condição semelhante aos bairros formais, o desenvolvimento dessas atividades comerciais e demais atividades em seu interior tendem a

intensificar sua segregação sócio-espacial. Todavia, sem dúvida, alteram a situação e posição da favela na estrutura do espaço da metrópole, em relação a sua construção histórica e representação social associada à carência com sentido de ausência. A argumentação da tese em tela ainda apresenta a existência de franquias comerciais atuando na favela como demonstrativo do fim da especificidade desta, fato que a experiência de campo e as informações coletadas demonstraram ser, na realidade, antes exceção do que regra. A regra nas atividades comerciais e de serviços encontradas atuando no interior da favela é serem investimento de moradores ou ex-moradores. A existência do serviço de tevê a cabo na favela do Pavão-Pavãozinho é sintomático da atualização desse movimento econômico endógeno, embora seja conhecida a oferta por uma grande operadora de tevê a cabo de um produto específico para as favelas, oferta, ressalte-se, limitada a algumas localidades. Surpreende o aparecimento de um serviço cuja tecnologia é dominada localmente e, as informações apontam, a existência de situações similares em outras favelas. Mesmo sendo um serviço que apresenta condições e dificuldades tecnológicas para instalação, distribuição e controle. O que permite pensar-se que é um exemplo radicalizado de o quanto o incremento de atividades de serviços e comerciais no interior da favela, ao invés de ser expressão de sua incorporação pelas empresas como um espaço qualquer da cidade, aparece atualizando as dinâmicas constituidoras da própria especificidade do espaço. Curioso efeito da expansão do domínio das tecnologias, quiçá, fruto da escolarização das novas gerações.

b) No que tange à heterogeneidade sócio-econômica dos moradores da favela é importante se relativizar profundamente a informação. Se os rendimentos passaram por transformações, no sentido do surgimento de uma maior quantidade de faixas de renda entre os moradores da favela e estes têm hoje acesso a bens de consumo duráveis e não-duráveis, alcançando níveis de escolarização antes não atingidos, por outro lado, a posição de seus moradores na estrutura social se ampliou horizontalmente e distanciaram-se, verticalmente, dos demais extratos⁴, devido à dinâmica de concentração e ao estreitamento das chamadas classes médias, levando a uma alteração significativa em sua situação de classe⁵. Logo, a constatação da existência de uma classe média no interior da favela parece estar ligada a uma avaliação apenas da dimensão econômica e mesmo esta deve ser ponderada, em termos de sua relevância sobre a dinâmica específica do espaço, pois os rendimentos mais altos são parcela ínfima no interior dos casos investigados, em relação ao que se encontra no bairro entorno. Tomando-se como referência a relação entre a favela do Pavão-Pavãozinho e Copacabana, sendo que nem Copacabana é um bairro de concentração de altas rendas, como Leblon, Ipanema ou Barra da Tijuca, nem o Pavão-Pavãozinho é um espaço que concentra as piores

condições entre o espaço das classes populares⁶, no entanto a diferença de rendimentos e das condições de moradia é incomparável. Isto é, se hoje há níveis mais elevados de renda aumentando a heterogeneidade no interior da favela, tal informação perde relevância ao pensar-se em relação aos níveis de rendimento das classes médias e à proporção que essas faixas de remuneração têm no conjunto dos moradores das favelas. Então, a grande mudança é histórica e endógena, analisada apenas a dinâmica no interior da favela.

c) Sem dúvida, a heterogeneidade entre as favelas é muito significativa, em termos de condições de moradia, situação sócio-econômica dos moradores e movimentação econômica em seu interior. Tão significativas quantas são as diferenças entre os bairros formais, a ponto de encontrar-se bairros em posição inferior a algumas favelas, em uma hipotética hierarquização do espaço metropolitano desde os rendimentos dos responsáveis pelo domicílio ou da condição habitacional. Todavia, ao levar-se em conta o nível das condições encontradas nas favelas e nos bairros formais aparecerá uma certa homogeneidade entre as favelas em relação ao que se constata nos bairros. Tomando-se os rendimentos dos responsáveis pelos domicílios e a condição habitacional, aparecem situações que permitem uma melhor compreensão das relações. As favelas localizadas próximas aos bairros da elite, entendida enquanto frações da burguesia e da classe média apresentam condições bastante inferiores àquelas encontrada nos bairros. Já as situadas em bairros periféricos ou do subúrbio tradicionalmente pobre tendem a ter sua condição mais próxima ou até mesmo igual a dos bairros formais de seu entorno. Esses bairros do subúrbio historicamente pobre ou da periferia, muitas vezes apresentam condições inferiores ou similares às favelas localizadas junto aos bairros das elites. Logo, as favelas dos bairros periféricos ou dos subúrbios pobres tendem a apresentar condição inferior àquelas encontradas nas favelas próximas aos bairros das elites. Essa perspectiva relacional aponta para o fato de que em relação aos bairros formais das classes burguesa e média as favelas apresentam condições semelhantes, porém em uma comparação apenas entre as favelas surge uma diferenciação que está associada a sua localização, isto é, depende da condição dos bairros de sua proximidade. Análise que demonstra uma tendência à equivalência de condições entre as favelas e os bairros dos subúrbios e periferia⁷.

À indagação, derivada da tese em análise, se é possível ainda tomar a favela como enclave urbano dos pobres e da cultura popular, a resposta absoluta seria: não! Negativa que, todavia, exigirá ressalva, pois a favela já há muito tempo não é espaço exclusivo dos pobres nem da cultura popular, porém funciona como pólo e, mais adiante isto será abordado, paradigma do espaço das classes populares na metrópole brasileira na modernidade. Quanto à

construção simbólica das favelas como espaço excluído do processo econômico geral, a literatura crítica⁸ também há décadas demonstrou como essa imagem de exclusão, ou marginalidade, apresentava uma visão dualista que não corresponderia à dinâmica do processo, na medida em que tal dinâmica vista como exclusão na realidade é parte intrínseca ao processo.

Criticamente a esta crítica à razão dualista, no entanto, se pode apontar que há um afastamento radicalizado na atualidade das classes populares da ordem social competitiva⁹, em termos de sua posição e situação na estrutura social, inerente ao processo econômico da modernidade tardia, que assume contornos ainda mais dramáticos nos países não-centrais do capitalismo. A constatação, infelizmente, não significa a atribuição às alternativas encontradas pelas classes populares, em ações de tipo táticas, como instauradoras de uma nova ordem, fundada na solidariedade, a partir do enraizamento em redes sociais. A perspectiva é, antes, demonstrar como tais táticas se constituem no limite da sobrevivência social e psicológica, às vezes, mesmo, biológica.

A análise dos três aspectos, movimentação econômica interna, heterogeneidade sócio-econômica entre os moradores e heterogeneidade entre as favelas, acionados para criticar os ditos dogmas a serem des-construídos, na perspectiva da tese de que o fenômeno sócioespacial favela não apresenta mais relevância para análise sociológica, mostra como a argumentação apresenta problemas quando se toma uma perspectiva relacional. Problemas agravados ainda mais pela ênfase da tese em tela sobre aspectos que procuram demonstrar que a favela não é mais o espaço exclusivo dos pobres, nem de carências, nem da cultura popular. Se algum dia foi espaço exclusivo de expressão das condições socioeconômica e cultural das classes populares, em função das condições de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, não o é mais há tempo, mas, todas as informações indicam, ainda é um pólo espacial dessas expressões.

Embora os limites, a argumentação da tese ora criticada apresenta dois aspectos que devem ser retidos:

- 1) A favela passou por transformações radicais, em geral associadas à dinâmica que se trata como de enraizamento e pertencimento¹⁰;
- 2) Tal dinâmica vêm nivelando as diferenças entre os bairros das classes populares no subúrbio e periferia e as favelas.

Por último, uma ressalva em relação à hipótese apresentada no artigo¹¹ sobre os interesses subjacentes a manutenção dos dogmas, no que se refere à hipotética tática dos

moradores das favelas em deixarem por último as melhorias externas de suas residências como forma de preservar a prioridade dos investimentos públicos nos espaços de carência.

Antes de uma tática para a manutenção do privilégio dos investimentos nas áreas carentes pelos poderes públicos, se trata de um cálculo econômico: os custos para melhoria externa são dos mais altos em termos de material da construção civil. Assim, os moradores, com seus recursos limitados, imbuídos de uma racionalidade econômica elementar preferem invariavelmente investir na expansão ou na melhoria interna de sua moradia, seja na própria edificação, seja em termos da aquisição de equipamentos para terem mais conforto. Afinal, mesmo havendo moradores situados em faixas de renda privilegiadas em relação aos demais moradores, não se trata de classe situada na abundância dos recursos monetários.

A tese do esgotamento do fenômeno favela como *locus* privilegiado para compreensão da ocupação urbana das classes populares no Brasil aparece, em última instância, como incorreta, não pelos argumentos apresentados *strictu sensu*, mas exatamente por não ser capaz de detectar nas dinâmicas descritas seu sentido afirmador de uma nova condição do espaço das classes populares, onde a favela ocupa lugar central como paradigma de uma dinâmica que se alastra pelos bairros do subúrbio tradicional, no caso carioca, e pela periferia metropolitana, em geral.

A centralidade analítica da favela reside no fato dela funcionar como primeira expressão e mais bem acabada de uma dinâmica que cada vez mais se encontra nos demais território das classes popular, regular ou não, legal ou ilegal, fruto também das políticas públicas focais que alteraram sua condição jurídica e urbanística, tanto como o impacto sobre as classes populares das mutações nas relações de trabalho, seja no aumento da precarização das relações de trabalho, diminuição relativa dos rendimentos e a permanência na última década de altos níveis de desemprego. Fatores que fizeram com que aspectos antes atribuídos especificamente aos moradores das favelas se generalizassem ao conjunto do espaço das classes populares.

Assim, antes da melhoria nas condições da favela enquanto território, em que pese a importância das políticas de urbanização e regularização fundiária realizada nos últimos anos, sua perda de distinção em relação aos demais espaços das classes populares se deve ao alastramento da posição e situação de classe que antes caracterizava particularmente seus moradores e a conseqüente degradação generalizada dos territórios onde não vivem e quase nem circulam as classes médias e as classes abastadas.

A massificação dos pobres e a ampliação da segregação e degradação de seu espaço tornaram a condição da favela pouco específica, tanto quanto paradigmática da condição do espaço das classes populares no Brasil.

2. Segregação ampliada e o padrão-favela

A dinâmica de implantação e incremento de atividades comerciais, mercado imobiliário e projetos sócio-educativos, ou urbanístico-arquitetônico, com a presença do Estado, direta ou indiretamente, junto à instalação e expansão de infra-estrutura urbana, vem alterando a condição da favela no sentido de aproximá-la das encontradas nos bairros tradicionais das classes populares, seja no chamado subúrbio carioca ou na periferia da metrópole. Condição para a qual se permitirá atribuir uma valorização positiva, na medida em que a favela se transforma em um espaço com recursos similares àqueles encontrados nos bairros populares, em termos jurídicos e de acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Uma equivalência que também ocorre ao nível da situação e posição de classe dos moradores.

Se até alguns anos a favela se caracterizava pela presença de uma população composta pelo chamado sub-proletariado, isto é, o conjunto dos trabalhadores urbanos mais desqualificados e com menores rendimentos, normalmente empregados na construção civil e em serviços domésticos, em oposição ao núcleo duro do proletariado, aqueles ligados à produção industrial, ou simplesmente aos trabalhadores urbanos assalariados estáveis, que moravam nos bairros do subúrbio, nas últimas décadas os moradores da favela e do subúrbio assim como os da periferia metropolitana, passaram, em geral, a ocupar uma mesma posição e situação de classe. Não pela melhoria da posição e situação de classe daqueles que vivem em favelas, mas pela precarização generalizada da condição de trabalho e, logo, equalização por baixo da condição de classe dos moradores dos bairros populares. Dinâmica que se imbrica ao descaso do Estado com os equipamentos e serviços públicos, em um processo que expressa essa equivalência de forma cada vez maior no conjunto do espaço das classes populares.

A dicotomia espacial entre o lugar das elites, correspondendo às classes burguesa e a classe média, mas também do próprio conjunto dos trabalhadores assalariados estáveis, e o das classes populares, isto é, os trabalhadores precários, desempregados ou com remuneração sem direitos trabalhistas, se apresentam de forma cada vez mais contundente na metrópole¹². Surge um espaço metropolitano dual¹³, onde os espaços de níveis intermediários entre as elites e os trabalhadores urbanos precários e desqualificados, como eram os típicos bairros de trabalhadores, os subúrbios no caso carioca, onde viviam a classe operária e os trabalhadores urbanos assalariados estáveis, em virtude de sua diminuição quantitativa associado ao deslocamento das indústrias para outros espaços além da metrópole, tendem à favelização¹⁴, tanto em termos de suas condições estritamente espaciais como das condições socioeconômicas de seus moradores.

Expressão espacial de processos econômicos e políticos característicos da modernidade tardia, a saber, a produção pós-fordista e as políticas focais, a expansão da dinâmica antes particular da favela, seja em termos estritamente espaciais, seja das condições socioeconômicas dos moradores, agora atinge o conjunto do espaço das classes populares, permitindo seu entendimento no que tange à apropriação espacial encontrada na investigação empírica. Processo histórico que trouxe como consequência a aproximação social e espacial do que está geograficamente distante. Proximidade espacial não geográfica, servindo para explicitar o sentido que as dinâmicas e condições existentes nesses territórios assumem, dadas as semelhanças ao nível da posição e situação de classe de seus moradores. Associa-se a esse fenômeno o fato da existência de uma força de atração, tanto mais forte quanto mais próximo estão os indivíduos ou famílias, para os territórios onde as redes sociais familiares são mais enraizadas e se têm os elementos para uma compreensão da existência de uma maior proximidade entre os moradores da favela com territórios mais distantes do que com os mais próximos, mesmo estes não tendo condição diferente, tais como as favelas vizinhas.

Essa dinâmica de equalização entre os diferentes espaços das classes populares, desde a narrativa sobre sua apropriação pelos moradores de uma favela, permite que se consiga maior precisão para a reflexão sobre a expansão da segregação sócioespacial das classes populares, não só em termos da quantidade de moradores que cada vez mais vivem nesses espaços, mas também geográfica, em termos de aumento da área contígua a favela, pois a ampliação da favela sobre os bairros dos subúrbios tende a ser mais forte e rápida nas áreas mais próximas a ela, como se a favela fosse avançando sobre o bairro formal, e, também, no próprio território da metrópole, na medida em que a dinâmica da favela aplicada aos limites da metrópole permite o próprio alargamento de suas fronteiras.

A manipulação do espaço descrita pode ser compreendida como uma multiterritorialidade¹⁵, pois ao enraizamento na própria favela corresponde uma apropriação externa de espaços distantes geograficamente, expressando a dinâmica dessa prática ao longo do tempo a dimensão cotidiana de uma territorialidade-zona e territorialidade-rede, simultaneamente, mesmo que com diferentes ênfases. Enquanto a territorialidade-zona é praticada ao longo de toda a vida, a territorialidade-rede aparece ligada a infância e juventude, quase desaparecendo na velhice enquanto prática, todavia presente como referência espacial. A favela, também, pode aparecer como um chamado aglomerado de exclusão¹⁶, embora o que se constate ao nível empírico é a aproximação desta noção apenas com o momento de ocupação de uma área. Devido à compreensão que a noção de exclusão esconde mais do que revela dinâmicas de dominação e, também, pela idéia de aglomerado, na tradição sociológica,

trazer em si um sentido de instabilidade, isto é, como termo relativo a fenômenos não-institucionalizados, se utilizará, com o mesmo sentido, apenas o termo aglomeração.

Ao longo do tempo, o que se desenvolve nos espaços das classes populares é uma dinâmica de re-territorialização, em que os antigos aglomerados são consolidados, tornando-se território-zona, cuja expansão articula e envolve aos subúrbios e a periferia metropolitana, desenhando um território-rede no quadro de uma ampliação da segregação espacial das classes populares. O fenômeno de configuração de um território-rede contradiz a idéia que associa proximidade e identidade¹⁷, na medida em que há essa expansão geográfica de apropriação do espaço não-contíguo pelas classes populares. Porém, se essa prática espacial configura uma territorialidade, enquanto território-rede, estando sua emergência associada à existência de um espaço de apropriação e/ou dominação ancorado no território-zona, a presumida contradição se esvai. Esvai, primeiro porque a noção de território-rede implica em outra dimensão de proximidade espacial, agora não mais imediatamente dependente da vizinhança espacial, da contigüidade geográfica, mas relativa ao pertencimento a um mesmo território ainda que configurado em rede. E, também, porque a eclosão dessa apropriação espacial é dependente e subordinada ao enraizamento.

Tomando-se, por um lado, que as ocupações não consolidadas das classes populares não constituem territórios-zona, no sentido de espaço apropriado ou dominado¹⁸, mas antes formam aglomerados e, por outro, que as populações que flutuam entre esses territórios-zona configuram um território-rede - sem sentimento de pertencimento nem enraizamento, na maior parte das vezes jovens, sejam casais, mães com filhos ou individualidades, dependem para o desenvolvimento de sua prática espacial cuja resultante é a constituição de território-rede da existência de territórios consolidados, exatamente os construídos ao longo das décadas pelas redes sociais familiares enraizadas e constituintes dos chamados territórios-zona, tem-se a expressão fenomenológica da idéia de multiterritorialidade. No caso de sujeitos dos fluxos metropolitanos que não se articulam aos territórios-zona, em geral, tendem a fazer parte das ocupações formadoras dos aglomerados.

O que se propõe, nos termos tomados, é que as classes populares praticam uma multiterritorialidade ao associarem a um movimento de enraizamento a apropriação de outros territórios-zonas, configurando um território-rede, ou apenas se localizando temporariamente, sem enraizamento, em territórios-zona, tornando-se sujeitos de um fluxo constitutivo de um território-rede, sujeitos que, no entanto, dependem da consolidação estabelecida pelas redes sociais familiares de territórios-zona para poderem flutuar. Se não, terão como única alternativa a inserção na precariedade extremada e instável dos aglomerados.

Os fatores intrínsecos à territorialização ao longo do tempo se intensificaram e expandiram, transformando a dinâmica enraizadora encontrada na favela em modelo para as classes populares enfrentarem sua precariedade, agora não mais centrada apenas nas condições de equipamento e serviços urbanos, mas principalmente em relação a exclusão do trabalho assalariado e ao descaso do Estado com esse espaço da metrópole, em termos de implantação de políticas públicas universalistas. Cria-se uma perversa equivalência sócioespacial. Equivalência expressa na semelhança da configuração urbano-arquitetônica que revela a precarização da inserção no trabalho das classes trabalhadoras urbanas, antes assalariadas estáveis, e o fim das políticas urbanas de caráter universalista, pelo lado da degradação das condições de existência nos bairros das classes populares, enquanto pelo lado da favela aparece devido à implantação de serviços e equipamentos urbanos e o conseqüente investimento econômico, monetário ou não, através das redes sociais familiares, nas melhorias das condições das moradias. Processo político-econômico que caracteriza a modernidade tardia e traz como desdobramento sócioespacial a similitude de condições sociais e econômicas e urbano-arquitetônicas entre as favelas e bairros das classes populares, criando a necessidade de incorporação da dinâmica de enraizamento praticada historicamente na favela pelos moradores dos bairros dos subúrbios, conjuntos habitacionais populares, loteamentos irregulares e demais territórios das classes populares.

Surge, assim, uma segregação sócioespacial ampliada, cujo padrão de configuração e modelo socioeconômico é a favela contemporânea.

3. Identidade social e territorialidade das classes populares

As conseqüências do enfraquecimento das matrizes identitárias modernas na época atual, entendida como modernidade tardia, remetem ao surgimento de uma proliferação identitária, onde a problemática relação território-identidade social assume novos contornos. Na perspectiva tratada, no âmbito das classes populares, situadas no espaço metropolitano, tal processo coloca em tela o surgimento da representação social de uma identidade social dos pobres ligadas ao seu espaço.

Ao nível do senso comum e mesmo do senso comum científico, tal relação aparece como se as condições dos espaços das classes populares, os pobres, fossem responsáveis pelos problemas advindos da situação e posição de classe dos sujeitos que vivem nesses territórios. Essa representação social dos territórios onde vivem as classes populares está marcada por uma valoração absolutamente negativa. Em que pese seja fundada em uma inversão cognitiva ao atribuir às condições do espaço a valoração negativa estabelecida aos sujeitos sociais que vivem nesses territórios, existe um sentido subjacente que se articula às dinâmicas

encontradas no espaço dessas classes sociais. O sentido que une a representação social dos dois sentidos comum à dinâmica da relação encontrada entre espaço e identidade social das classes populares está no processo de precarização das condições de trabalho associado à degradação dos espaços onde vivem esses sujeitos.

No caso brasileiro, a representação social que trata como equivalente o conjunto do espaço das classes populares, tendo a favela como paradigma, mas não distinguindo entre esta, os antigos bairros populares ou os conjuntos habitacionais, de certa forma corresponde à dinâmica de prática dos territórios encontrada na presente análise.

Para os moradores da favela os Outros não são aqueles que não vivem nas favelas, mas sim os que moram nos bairros das elites, isto é, as classes burguesa e média. O morador do bairro no subúrbio, na periferia metropolitana, no loteamento (legal ou ilegal) para classes populares, ou no conjunto habitacional, todos herdeiros de um legado ligado à economia de subsistência e posteriormente inseridos, de forma subordinada, na ordem social competitiva, como trabalhadores pouco qualificados, hoje desempregados, trabalhadores precários, ou, na melhor das hipóteses, trabalhador assalariado com baixa remuneração, responsável por sustentar as relações monetárias da rede social familiar, fazem parte de uma mesma totalidade identitária. São todos reféns da sociabilidade violenta¹⁹, tendo que negociar cotidianamente entre a ordem estabelecida, representada pela polícia e demais organizações juridicamente institucionalizadas, que atuam em seus espaços e os bandos armados ligados ao narcotráfico. Seja na favela ou no subúrbio, na periferia ou conjunto habitacional.

No contexto especificamente da metrópole carioca, as classes populares são lançadas à necessidade de viabilizar seus espaços enquanto territórios totais, aumentando suas moradias, criando mercados imobiliários, de serviços, comércio e, logo, de trabalho. Dinâmica que é acelerada pelas políticas focais desencadeadas pelo Estado nas favelas diretamente, através de serviços e instalação de equipamento ou de projetos sócio-educativos pelas ONGS, internalizando as ações e incrementando ainda mais a dinâmica de segregação desses territórios, ao mesmo tempo em que os tornam mais semelhantes ao restante dos territórios das classes populares. Amplia-se a escala da segregação.

A perda de centralidade do trabalho assalariado, em geral, e em particular a diluição e diminuição da representatividade do operariado industrial fez com que a identidade de classe passasse por uma mutação e se transfigurasse em uma identidade social definida desde o território. As antigas classes trabalhadoras urbanas, em função da precarização das relações de trabalho, passaram a ser reconhecidas pelo seu espaço. E esse espaço, caracterizado pelo abandono das políticas públicas universalistas e pela deterioração das condições de inserção

no trabalho de seus moradores, passa a ser tomado como gerador de problemas cujo fundamento está especialmente na situação na estrutura social das classes populares. Processo que leva à horizontalização da situação de classe dos segmentos populares na estrutura social, através da diminuição da possibilidade de mobilidade social e do afastamento das classes médias, estabelecendo as condições para a equivalência geral dos espaços das classes populares. Classes populares que ao perderem a referência no trabalho, perdem junto a função referencial cumprida em um primeiro nível pelas classes trabalhadoras urbanas, enquanto assalariadas, e, em uma perspectiva histórica, perdem seu núcleo duro, o operariado industrial.

Enfraquecida a matriz identitária de classe, as individualidades das classes populares vêm sua condição de indivíduo como unidade social ter seu papel sobre-carregado. Desencadeando daí, um processo de hipo-individualização, com repercussões assustadoras em termos das disfunções psicossociais decorrentes. Individualidade sobre-carregada que acaba por perder as referências de pertencimento social ficando à deriva, sem compromissos societários, nem laços de sociabilidade. Sem vínculos societários, na medida em que o Estado também abdicou de sua função como instância agregadora das relações sociais junto a essas individualidades, dado o enfraquecimento do próprio Estado-nação como referencial identitário da nacionalidade.

Sobre-carga do papel do indivíduo que tende a empurrar o jovem ao investimento na busca de valores socialmente difundidos como de distinção, através do consumo de bens não-duráveis e duráveis, podendo ter como conseqüência o envolvimento na criminalidade, em especial os do sexo masculino ou a formação de famílias, em especial entre as jovens, através da gravidez na adolescência. Abrevia-se a juventude quando os sujeitos tentam constituir algum nível de laço de sociabilidade. Essas condições tornam tão relevante a função da rede social familiar na favela forjada pela dinâmica de enraizamento, por ser esta responsável pela constituição de uma identidade social imediatamente associada ao território.

Em termos gerais, o conjunto das classes populares passa por um processo de nivelamento e equivalência, tendo como referência a dinâmica de ampliação da segregação de seus territórios, reconhecendo como iguais quem vive nesse espaço no interior da metrópole. Situação que permite sua circulação e apropriação dos territórios. No entanto, se encontra no interior dessa dinâmica identitária distinções internas. Distinções que remetem a uma dimensão de cunho regional-racial. Pois, se os sujeitos das classes populares se identificam com a situação e posição social de seus iguais, independente da condição jurídica de configuração do território, dada suas semelhanças de condições, constituindo uma identidade social que ao nível da representação social se explicita pelo espaço, remetendo em termos

analíticos a uma identidade de classe, ao mesmo tempo, tem-se uma diferenciação entre negros e nordestinos e outra relativa a localização na metrópole, através de uma hierarquização interna aos territórios das classes populares, marcada no caso carioca.

A primeira diferença assume contornos particulares ao inverter a ordem social do preconceito racial na sociedade brasileira, no caso da favela carioca. Internamente à favela, o que se constata é uma distinção estabelecida pelos negros e descendentes entre eles e os Outros, especificamente os brancos vindos dos estados mais empobrecidos do nordeste brasileiro. Por isto denominados em geral de nordestinos e derivações como paraíbas e cearenses²⁰, sempre com valoração altamente negativa. Saliente-se que não fazem parte desse grupo os negros vindos do chamado nordeste. O pertencimento a um legado da cultura afro-brasileira delimita o campo. Distinção que não assume maior implicação em termos da identificação social, pelo menos nas condições atuais. No entanto, em alguns relatos, possivelmente em função do preconceito racial existente na sociedade em geral, os membros das redes sociais familiares mais enraizadas, ligados à tradição da cultura afro-brasileira, parecem atribuir suas dificuldades em conseguir postos de trabalho assalariados, mesmo que precários, à disputa com os chamados nordestinos. Também aos nordestinos são atribuídas a intensificação do comércio interno e a construção de imóveis para o mercado de locação.

Ao se tomar como referência o fato de os negros ocuparem proporcionalmente posições mais subalternas no trabalho e menores remunerações em relação aos demais, assim como terem menor escolaridade, na sociedade brasileira em geral, se pode projetar que a condição de não-negro facilite a inserção no mercado de trabalho e, eventualmente, a acumulação monetária capaz de explicar, de forma interligada, a maior capacidade dos brancos de investirem no estabelecimento de atividades comerciais e imobiliárias no interior da favela. A subordinação social interna seria compensada pelo preconceito racial externo e trazendo como consequência o melhor posicionamento, em termos econômicos, no interior da favela, daqueles a princípio em posição subordinada.

Outra distinção interna à identidade das classes populares diz respeito à localização no território em relação às elites. Embora pratiquem o território do subúrbio e os limites da cidade e mesmo da metrópole, se infere uma distinção positiva quando moram junto aos bairros das classes abastadas e médias. Tal distinção, no entanto, é marcada por nuances, pois muitas vezes a vida no subúrbio, no bairro distante ou nos limites da região metropolitana se apresenta marcada por positivities como a maior tranquilidade e o maior espaço. Essa distinção aparece de forma similar àquela encontrada nas classes média e burguesa, onde a vida no bairro distante, ligada a maior oferta de espaço, seja na própria moradia ou de espaço

público, é contrastada com a vida urbana mais intensa pela oferta de serviços e equipamentos em bairros com caráter de centralidade.

Apesar do sentido da investigação ter encaminhado para a atribuição de uma maior relevância analítica à referência ao pertencimento de classe, é importante se retomar, à luz dos dados empíricos e da literatura específica sobre as relações espaço-identidade social, a abordagem da questão da nacionalidade. Pois a distância social exacerbada entre as classes populares e as demais classes e frações e a assimilação dessa distância como natural pelos sujeitos das classes populares aponta para uma cisão, e servem para explicar a pequena referência identitária à nacionalidade. Esse nível identitário, que tem seu enfraquecimento associado, em geral, às transformações nas funções do Estado-nação, assume contornos particulares no contexto encontrado nos estudos em favelas. Mesmo se tendo uma imagem cada vez mais forte da nacionalidade brasileira ligada a valores e práticas das classes populares, particularmente através da difusão e acesso aos meios de comunicação de massa audiovisual, em especial a televisão, mas também, vídeo e dvd, a identificação com a nacionalidade é irrelevante.

Se, por um lado, o povo brasileiro é representado com a imagem estetizada dos indivíduos das classes populares e a cultura brasileira apresentada tem como referência àquela praticada e re-criada pelas classes populares, por outro, o afastamento do Estado-nação da vida cotidiana, manifesto na diluição de sua presença na esfera pública pelas ONG's ou projetos de responsabilidade dispersa, e o desenvolvimento da participação política siga reduzido à barganha eleitoral, onde o cidadão e as organizações associativas se comportam como um consumidor que negocia seu voto, constituem um ambiente em que o amálgama da identidade nacional assume pouca relevância.

Até aqui, se tem o aumento da diferenciação e da distância entre as classes expressa na exacerbção da segregação social, espacialmente estabelecida, como acelerando o enfraquecimento da nacionalidade como matriz identitária. A essa condição se pode somar a dinâmica de aumento da relevância atribuída às distinções regionais, se tomando os parâmetros acionados para a construção de diferenciações internas à favela. Antes do pertencimento em comum à mesma nacionalidade o que se salienta são as distinções regionais hierarquicamente estabelecidas.

Por último, e nível identitário síntese da análise, a moderna individualidade emerge, também, nas classes populares como inflada de atribuições sociais, tendo que assumir, enquanto unidade social, o conjunto das ausências que caracterizam o enfraquecimento das demais matrizes identitárias. Esse desmonte nas funções modernamente definidoras das

matrizes identitárias de classe e nacionalidade tendem a sufocar de responsabilidade a individualidade que, por essa sobre-carga de papéis, vindas da des-funcionalidade do Estado, enquanto referente da nacionalidade, e do trabalho, como parâmetro da classe, acaba por ocasionar disfunção em seu nível mais estritamente constitutivo de sua própria individualidade, o psíquico. Parte dos transtornos da sociabilidade na modernidade tardia, em especial aqueles que têm como palco o espaço das classes populares, remetem a disfunção do papel da moderna individualidade, que se encontra em luta com obrigações muitas vezes vitais para sua sobrevivência biológica que eram antes ligadas às funções do Estado e do trabalho assalariado, enquanto estruturas institucionais. Eis a expressão contemporânea da tirania da intimidade²¹.

Assim, por um lado, se tem nas narrativas e práticas narradas pelos moradores da favela o surgimento de uma identidade social fundada no território, mas um território que não é o da favela, mas antes o espaço das classes populares. Enquanto expressão identitária discursiva se encontra a referência ao fato de ser pobre. Na formulação do morador da favela os iguais são os pobres, condição definida a partir dos espaços onde moram. Assim, os Outros, são os moradores dos bairros das classes burguesa e média. Ao buscar-se uma definição sociológica para esses pobres, o que se encontra são as classes populares. Não mais as classes trabalhadoras urbanas, menos ainda o operariado industrial, mas as classes populares. Exatamente aquele conjunto formado pelas classes sociais subordinadas na estrutura social, mas que tinham como pólo o operariado industrial e, em seguida, o conjunto das classes trabalhadoras urbanas. Tinham, pois a precarização do trabalho e a perda de centralidade do processo industrial, levou ao enfraquecimento socioeconômico dessas frações de classe e ao alargamento das classes populares, simultaneamente ao aumento de sua distância da classe média, em termos de sua posição e situação de classe na estrutura social.

Restando uma identidade social associada a essa configuração de classe diluída em termos sociais, pois sem núcleos referenciais, e reconhecida a partir de sua localização, tendo como expressão o espaço visível da equivalência em termos de posição e situação na estrutura social. Cabe salientar que aqui ocorre não só o re-encontro com a condição de classe, como seu resgate analítico, mas também a afirmação de uma identidade social que remete a um passado mais longínquo. Afinal, as classes populares, antes divididas em diferentes frações, na modernidade tardia, dada sua posição na esfera econômica, ao passarem pelo processo de equalização descrito, alcançam uma perversa igualdade na posição e situação de classe. Condição que cria a necessidade de que sejam acionados, em sua tática cotidiana para manutenção de condições mínimas de existência biológica e psíquica, recursos atualizados

similares àqueles estudados pela literatura e narrados pelos sujeitos da pesquisa da economia de subsistência do Brasil antes de seu processo de urbanização e industrialização.

Para encerrar, desde uma abordagem de sobrevôo, apesar das transformações contemporâneas na produção capitalista e o enfraquecimento das matrizes identitárias modernas, se afirma aqui que, por serem as relações sociais de produção dominantes ainda capitalistas e a episteme²² de autocompreensão da sociedade permanecer no interior dos paradigmas da modernidade, fazendo com que se mantenha uma sociedade estruturada em classes, embora a mobilidade social esteja cada vez mais restrita, as identidades sociais encontradas seguem remetidas a posição e situação de classe, mesmo que não reconhecida pelos próprios atores.

E, desde uma abordagem de dentro, se pode afirmar que o suposto efeito de território da favela na constituição identitária existe, porém na medida em que a especificidade da favela se alastra e expande como padrão de configuração espacial e de dinâmica socioeconômica simultânea à segregação dos territórios dos pobres, a identidade encontrada é a das classes populares, afirmadas em sua escala espacial.

Assim, supõe-se que as questões tratadas e a revelação das dinâmicas intrínsecas às relações entre identidade social e espaço, a partir da favela carioca, apontam para a necessidade do desenvolvimento de ações gerais para o espaço das classes populares, que engloba a metrópole, independente de sua condição jurídico-formal, seja pelo Estado, organizações civis ou instituições de mercado. Em termos acadêmicos, sugere-se a perenidade da capacidade heurística para compreensão dos fenômenos do espaço do conceito de classe social.

Já em retrospectiva, o caminho traçado termina por deixar revelado que na modernidade tardia o espaço dos pobres está configurado como território das classes populares. No Brasil esse território tem um padrão: a favela contemporânea. E a territorialidade das classes populares é, por princípio, metropolitana. O efeito de território, ao invés de dar os contornos a identidades sociais mais específicas, acaba por re-instaurar a identidade de classe. As classes populares, agora definidas desde sua condição sócioespacial.

Referências:

- ALVITO, M. As cores de Acari. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ARAÚJO, F. G. B. Saber sobre os homens, saber sobre as coisas. Rio de Janeiro: DP & A/FAPERJ, 2003.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. « Les classes moyennes : définitions et controverses depuis les années 1970 dans la littérature sociologique de langue française et anglaise ». Education et Sociétés, Paris, janvier, 2005.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

DAVIS, M. “Planet of slums”. New Left Review, 26: 5 – 34, mar – apr 2005.

FERNANDES, F. “Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina”.

ZENTENO, R. B. (coord.) As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRANOVETTER, M. “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. American Journal of Sociology, 9 (3): 481-510, 1985.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARZULO, E. Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. IPPUR/UFRJ: Tese de doutoramento, 2005.

MEDICK, H. e SABEAN, W. D. Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology. In *Interest and emotion. Essays on the study of family and kinship*. H.S. Medick & W.D. Sabean (orgs.) Cambridge / Paris: Cambridge University Press/MSH: 9-27, 1988.

OLIVEIRA, F. de Crítica à razão dualista e o onitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERLMAN, J. O mito da marginalidade. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. “A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito”. RIBEIRO, L.C.Q. (org.), Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito, São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

SENNETT, R. (1998) O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, L. A. M. da. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. RIBEIRO, L.C.Q. (org.) Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito, São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004.

VALLADARES, Licia, (2000) « Qu’est-ce qu’une favela? ». Cahiers des Amériques Latines, 34.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade – estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

¹ Cf. ALVITO (2000).

² Cf. VALLADARES (2000).

³ “On peut se demander d’ailleurs si cette insistance des leaders associatifs sur le dénuement, Qui fait partie de jeu des intérêts, n’est pas renforcé par les pratiques des habitants eux-mêmes que investissent toujours en dernier lieu sur amélioration de l’aspect extérieur de leur maison, ce qui prolonge la perception des espaces précaires alors même que le confort des logements a pu notablement progresser” (Op. Cit., p. 68).

⁴ Supõe-se que a aplicação do método de WRIGHT e DWYER(2003) no Brasil apresentaria resultados mais contundentes do que os encontrados nos EUA, em termos do afastamento das classes populares das classes médias.

⁵ Situação cf. BOURDIEU (1999).

⁶ As condições habitacionais encontradas na favela podem servir para dimensionar sua situação em relação a outros espaços, cf. Censo IBGE 2000 e manipulação das informações usando o ICH (Índice de Carência Habitacional) concebido pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/FASE).

⁷ Cf. simulações realizadas a partir da aplicação do ICH aos setores censitários.

⁸ Cf. OLIVEIRA (2003) e PERLMAN (2002).

⁹ Cf. FERNANDES (1977).

¹⁰ Cf. GRANOVETTER (1985) e MEDICK e SABEAN (1988).

¹¹ VALLADARES (Op. Cit.).

¹² Entende-se que o caso dos conjuntos populares em bairros de classe média são exceções, analiticamente relevantes, mas cuja excepcionalidade ressalta a tendência da dicotomia.

¹³ Cf. RIBEIRO (2004).

¹⁴ Processo geral na modernidade tardia. Ver em especial: DAVIS (2004) e WACQUANT (2001).

¹⁵ Cf. HAESBAERT (2004).

¹⁶ HAESBAERT (op. cit.).

¹⁷ Cf. SANTOS (2002).

¹⁸ Cf. HAESBAERT (Op. cit.).

¹⁹ Cf. SILVA (2004).

²⁰ Generalizando a condição daqueles nascidos nos estados da Paraíba e Ceará.

²¹ Cf. SENNETT (1998)

²² Cf. ARAUJO (2004).